

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES

EXERCÍCIO: 2025

## MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

**Emitente:** Controladoria-Geral Interna (CGI)**Entidade:** Poder Legislativo do Município de Castelo/ES**Gestor responsável:** Edimar Celin(Presidente)**Exercício:** 2025

### 1. RELATÓRIO

#### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### A - FUNÇÃO DE CONFIANÇA E CARGOS EM COMISSÃO:

2.6.1	<b>Pessoal – função de confiança e cargos em comissão</b>	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
-------	---	-----------------------------	---

Foi verificado que algumas atribuições que se relacionam mais a de cargos efetivos estão sendo desempenhadas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cuja função precípua destina-se à direção, chefia e assessoramento.

Consultado o gestor ele informou que a Câmara Municipal de Castelo aplicou as provas do concurso público em 2018, seu resultado foi homologado em 2019 e todos os aprovados já foram nomeados, tomaram posse e entraram em exercício, de modo que em 2025 a maior parte das atribuições afetas aos servidores efetivos foram cometidas a eles.

No ano de 2025, um servidor efetivo saiu do quadro de funcionário da Câmara Municipal de Castelo, mas conforme legislação não houve nenhuma substituição do cargo por um servidor em comissão.

O prazo para nomear o próximo colocado na lista dos aprovados no concurso público se encerrou, desta forma só poderão ser substituídos servidores efetivos assim que seja realizado novo concurso público, ou por cessão de outro município, para a substituição do mesmo.

Foi proposto ao gestor adequação quanto aos cargos efetivos vagos, deste ponto de controle, o que poderá ser levado a efeito ao longo desse exercício.

## **1.2. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal**

Quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, tomando-se por base os parâmetros da Tabela Referencial 1 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020, a Controladoria verificou que o gestor atendeu aos preceitos normativos vigentes, devendo ser destacado o cumprimento de todos os limites e metas financeiros e orçamentários, sobretudo no que tange às despesas de caráter continuado com pessoal, ressaltando, finalmente, que o Legislativo cumpriu sua obrigação com todos os servidores, vereadores e fornecedores em 2025, devolvendo ainda saldos financeiro e orçamentário para a Prefeitura de Castelo, o que evidencia o equilíbrio e parcimônia das contas do Legislativo Municipal.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade de Edimar Celin do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castelo no exercício de 2025.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular, mesmo com as ressalvas feitas, tendo em vista que a Câmara Municipal de Castelo demonstra o cumprimento das normas inerentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e

operacional, observando, no objeto auditado, a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Castelo, ES, 16 de março de 2026.

**LAIANA CASSAGO ROCHA**  
Controladora-Geral Interna